

AOS CUIDADOS DO PREGOEIRO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2024 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE

Ref.: Recurso Positivo Tecnologia S.A.
Item 1

GRUPO MULTI S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 59.717.553/0006-17, sediada na Rua Josefa Gomes de Souza, 382, SEDE, Bairro dos Pires, CEP 37640-000 Extrema/MG, por seu sócio administrador e advogados devidamente constituídos, vem perante Vossa Senhoria, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**, conforme abaixo transcritos os fatos e fundamentos.

1. DOS MOTIVOS PARA MANUTENÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DA RECORRIDA

A recorrida participou da licitação Pregão Eletrônico nº 90007/2024 que tinha por objeto a compra nacional, mediante Sistema de Registro de Preços, de dispositivos de tecnologia da informação para uso educacional, para atendimento às necessidades da rede pública brasileira de educação básica, conforme especificações do edital.

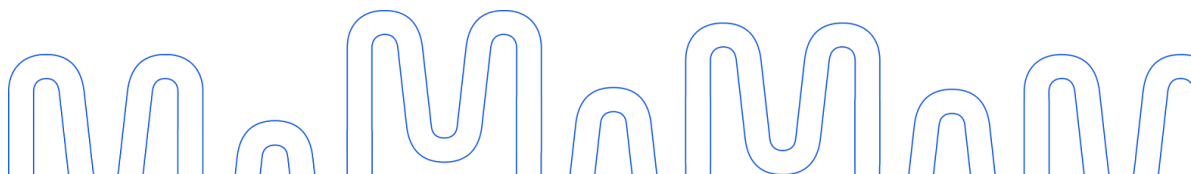
Ocorre que a empresa recorrente, POSITIVO TECNOLOGIA S.A., inconformada com o resultado, pleiteou a inabilitação da recorrida, sob a alegação de que esta não teria comprovado, de forma tempestiva, a qualificação técnica exigida no instrumento convocatório, e que teria apresentado suposto "novo" documento fora do prazo, o que segundo sustenta, violaria o princípio da isonomia.

Todavia, tais alegações **não encontram respaldo jurídico nem fático**. Como será demonstrado adiante, a argumentação da recorrente desconsidera os princípios que regem os procedimentos licitatórios, ignora a jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas e, pior contraria frontalmente o próprio edital que invoca, razões pelas quais seu recurso não merece prosperar.

Antes de adentrar ao mérito das contrarrazões da Multi, o pregoeiro deve ter ciência de que a empresa Positivo (recorrente), quando perde a licitação por NÃO POSSUIR O MELHOR PREÇO, tem como “*modus operandi*” a tentativa de induzir à Administração em erro, se aproveitando de assuntos de complexo entendimento, como algumas legislações, questões técnicas de produtos, as certificações de produtos, análise de softwares, entre outros.

As alegações da empresa Positivo tem como costume ser tão absurdas que até mesmo o Pregoeiro da ETICE, no Pregão Eletrônico nº 1455/2020, deixou claro que ela se utiliza de jogos de palavras para conturbar o processo licitatório:

Apesar de estar claro que a Positivo **almeja conturbar o processo licitatório, com jogos de palavras**, inclusive pleiteando a desclassificação do licitante vencedor, a equipe técnica da ETICE revisou a proposta da empresa Recorrente Positivo, considerando ainda as informações adicionais contidas no recurso.



[...] (omissão original do documento)

Portanto, não prosperam os argumentos levantados pela empresa Recorrente de que a documentação concernente à Certidão de Falência e Concordata apresentada pela empresa Multilaser esteja irregular, restando comprovado pelos documentos apresentados pela Recorrida, no momento do Certame, que se adequava plenamente aos ditames do Edital.

[...] (omissão original do documento)

[...]

V. CONCLUSÃO

v.1 Diante de todo o exposto, à luz dos princípios que norteiam as licitações públicas, mormente o da vinculação ao instrumento convocatório, e, ainda, considerando o Parecer Técnico (Anexo nos autos) emitido pela ETICE, este Pregoeiro decide CONHECER o recurso administrativo interposto pela empresa POSITIVO TECNOLOGIA S.A., eis que tempestivo, e, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo inalterada a decisão que declarou a empresa MULTILASER INDÚSTRIA S.A. como vencedora do Grupo I, itens 01 e 02 do Pregão Eletrônico 20200009 - ETICE, pelos fatos e fundamentos legais e jurídico aqui expostos.**

Fortaleza, 10 de março de 2021.

Inicialmente, importa destacar que a estratégia da Positivo no presente certame é clara trazer complexidade a análise dos pontos técnicos à ponto de induzir a Administração em erro. **Inclusive, cita-se um fato comprobatório da ausência de idoneidade argumentativa da Positivo, ocorrido neste certame.**

No recurso apresentado referente aos itens 4 e 6 do edital, a Recorrente traz as seguintes alegações:

“7. Ou seja, a solução de Gerenciamento da Pulsus não possuía certificação da Microsoft na data da sessão de abertura/disputa de lances ocorrida em 19/maio/2025. A comprovação de conformidade foi obtida posteriormente, por meio de declaração emitida pela Microsoft apenas em 09/junho/2025, ou seja, após o prazo de formulação da proposta (data da disputa).

8. Ainda sobre o catálogo, nota-se claramente que o mesmo foi criado especificamente para atender ao edital sem qualquer detalhamento mínimo necessário sobre as funcionalidades/requisitos exigidos. A grande maioria das páginas traz apenas informações institucionais e assuntos relacionados a Google e seus produtos/serviços. **O “catálogo” indica mais uma proposta de desenvolvimento de uma solução de software, sendo que esta solução sequer existia para Microsoft na data da disputa, tanto que a carta da Microsoft é datada de 09/06/2025. Confira-se:**

[...]

□ **Insegurança jurídica: pois configura vantagem indevida em relação às demais licitantes que atenderam integralmente às exigências do edital, incluindo a apresentação de solução já homologada ou certificada na data do cadastro inicial da proposta.** Tal conduta fere o Princípio da Isonomia ao permitir a participação de licitantes com solução de gerenciamento ainda não efetivamente validada, assumindo riscos e eventualmente se beneficiando de uma condição não estendida aos demais.”

Note que o ponto central destes argumentos é que a carta de homologação emitida pela Microsoft é datada de depois da fase de lances, e que isto configuraria vantagem indevida em relação as demais licitantes [...], incluindo a apresentação de solução já homologada ou certificada na data do cadastro inicial da proposta.



Se a Administração avaliar os certificados do Chromebook 2x1 (item 5) apresentados pela própria Positivo no certame, claramente vai notar que o modelo ofertado só foi incluído no dia 30/05/2025:



Certificado de Conformidade

Certificate of Compliance

Nº: OFF 2484-24-09

Data de Emissão: 14/11/2024
Date of Issue

Valido até: 13/11/2027
Valid Term

Data de Revisão: Review date	Justificativa de Revisão: Review reason
20/01/2025	Inclusão do modelo N2420; relatórios de ensaio BREI240900044301, SN2312013, 2430341R-OE3012100115-A e componentes críticos AC Adapter modelos PA-1450-50XX e PA-1450-51XX (Liteon), PA-1450-50XX e PA-1450-51XX (Positivo), LCD modelos 2081116KHD024003-03D e 2062116QHD024003-50D, Placa-Mãe POS-EIDGQ (EP20AN1C) e SSD INTERCAMBIÁVEL*.
11/03/2025	Atualização do componente crítico Bateria SR41 2S5350-G1G1 (MFP-466894) e LCD (KD).
30/05/2025	Inclusão do modelo N2422 e dos relatórios de ensaios LET-ENE-RE 2395-15764-01 – C; BREI241000051601 e 2390695R-OE3012100115-A
10/06/2025	Atualização na descrição do componente Bateria, inclusão do relatório de ensaio BREI241000051602.
Note: A validade deste Certificado está atrelada à realização das avaliações de manutenção e tratamento de possíveis não conformidades de acordo com as orientações do OAC e previstas no RAC específico da Portaria nº 304 de 2023". Note Lista de componentes críticos consta no Anexo A, páginas 4. "Certificado de Conformidade válido somente acompanhado de todas as suas páginas".	



Certificado de Conformidade

Certificate of Compliance

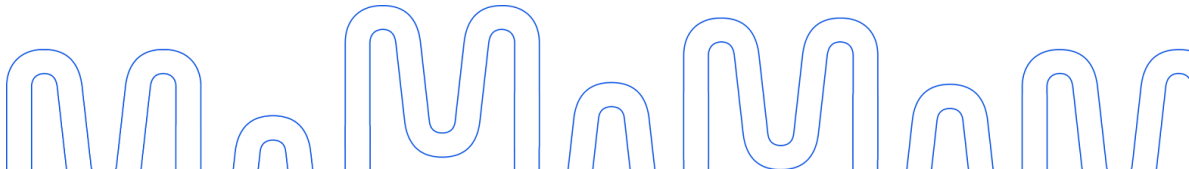
Nº: MISC 2488-24-07

Data de Emissão: 20/01/2025
Date of Issue

Valido até: 19/01/2028
Valid Term

	NEI16465240504RE05	28/06/2024
	NEI16465240504RE03	28/06/2024
	NEI16465240504RE01	28/06/2024
Shenzhen NTEK Testing Technology Co., Ltd.	S23112203105E	31/01/2024

Data de Revisão: Review date	Justificativa de Revisão: Review reason
19/03/2025	Inclusão dos relatórios de ensaio HX20010/2025 e HX20010A/2025.
25/03/2025	Correção das informações técnicas do modelo Positivo Chromebook N2320.
30/05/2025	Inclusão do modelo Chromebook N2422; relatório de ensaio HX90018B/2024 e atualização na descrição dos produtos.





Certificado de Conformidade

Certificate of Compliance

Nº: MISC 2488-24-10

Data de Emissão: 20/01/2025
Date of Issue

Valido até: 19/01/2028
Valid Term

30/05/2025

Inclusão dos modelos N2422, N2320; relatórios de ensaio NEI16465240705RE02, NEI16465240601RE02 e atualização no campo descrição dos modelos.

Nota: Conforme resultados obtidos nos ensaios, os modelos de Notebook podem ser classificados grau IP41 segundo a norma
Note ABNT NBR IEC 60529.

Inclusive, caso a Administração queira buscar a versão anterior destes certificados, pode acessar o site da www.transparencia.pr.gov.br, clicar em compras, ano 2023 e Pregão Eletrônico 1031, que vai ter acesso aos documentos apresentados neste certame.

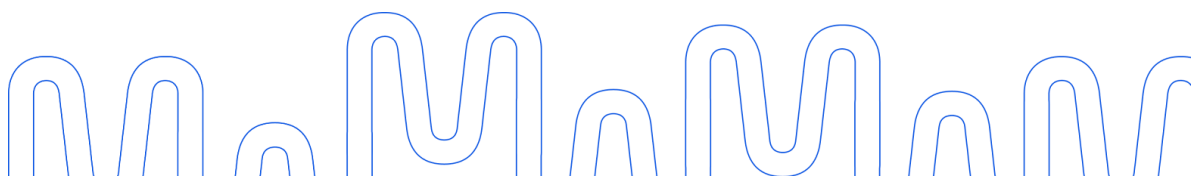
O objetivo desta demonstração não é requerer a desclassificação da Positivo no referido item ou alegar que cometeu qualquer tipo de erro ou ilícito, mas sim demonstrar para a Administração que a recorrente não tem o mínimo de idoneidade intelectual e fática quando escreve seus recursos, **tanto que neste caso está usando como argumento de desclassificação um fato que ela mesmo se enquadrou, pois o seu produto cotado não tinha 3 certificações na data da sessão pública.**

Cabe a Administração a análise dos argumentos da recorrente ciente da total falta de idoneidade argumentativa, busca da verdade real e do uso de jogo de palavras para indução ao erro.

1.1. DA LEGITIMIDADE DA COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTO PARA COMPROVAÇÃO DE CONDIÇÃO PRÉ-EXISTENTE

A recorrente sustenta, em sua peça recursal, que a empresa Recorrida teria apresentado uma suposta “miscelânea” de documentos, alegando ausência de critério organizacional e insinuando a intenção de induzir a Administração a erro. Tal alegação, contudo, não se sustenta.

De início, é imperioso rebater a acusação leviana da recorrente. No âmbito do Direito Administrativo, não se presume má-fé, tampouco dolo, ao contrário, ambos devem ser cabalmente demonstrados, com base em elementos concretos e objetivos. A jurisprudência dos



tribunais superiores é pacífica ao exigir, para a configuração de condutas como a litigância de má-fé, a comprovação de dolo específico: ou seja, a intenção consciente e deliberada de fraudar, causar prejuízo ou ludibriar a Administração.

Ocorre que a recorrente, com surpreendente segurança, faz grave imputação sem apresentar uma única prova. Baseia-se em conjecturas vagas e numa leitura distorcida e convenientemente pejorativa dos documentos, sendo absolutamente insuficiente para afastar a presunção de boa-fé nos atos da recorrida. A acusação desesperada não passa de artifício retórico mal disfarçado e lançado na tentativa de contaminar a análise do julgador. Mas não possui lastro porque carece do essencial: prova.

É evidente que os documentos apresentados pela empresa tiveram como único objetivo demonstrar, de forma clara e direta, sua plena e inquestionável capacidade de fornecer os equipamentos licitados. Ao contrário da visão pejorativa da recorrente, a postura da recorrida não só é compatível com a boa-fé objetiva, como revela diligência e transparência na comprovação de sua sólida capacidade técnica no fornecimento de equipamentos de tecnologia da informação, especificamente voltados ao setor educacional, objeto central da presente licitação.

Imperioso ainda lembrar à recorrente que, havendo qualquer dúvida quanto à documentação apresentada, caberia à Administração exercer seu poder-dever de diligenciar, como previsto na legislação, justamente para evitar decisões injustas baseadas em lacunas formais que não alteram o conteúdo da proposta. E foi exatamente isso que se fez: a diligência foi realizada, houve decisão exarada nos autos, e que parece ter sido solenemente ignorada pelas alegações infundadas ora trazidas. A recorrente, ao que tudo indica, prefere construir sua narrativa como se os fatos não existissem.

Além disso, o próprio edital do certame exige a comprovação de aptidão para fornecimento de bens **"similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior"**. A recorrida, ciente do requisito, apresentou tempestivamente diversos atestados de fornecimento de notebooks corporativos, acompanhados de declaração técnica esclarecendo que tais equipamentos atendem ao critério editalício, tanto por similaridade quanto, e principalmente, por ostentarem grau de complexidade tecnológica superior aos desktops ultracompactos licitados.

Convém aqui um lembrete básico de engenharia: fabricar notebooks não é tarefa trivial. Trata-se de integrar diversos componentes críticos (tela, bateria, teclado, sistema de resfriamento, entre outros) em um chassi compacto, com alto grau de exigência térmica e de projeto. Muito diferente da comparativamente simples dos desktops. A jurisprudência do TCU é pacífica: atestados de bens ou serviços de complexidade equivalente ou superior são absolutamente válidos para fins de qualificação técnica. Mas parece que a recorrente prefere ignorar a realidade técnica em nome da conveniência argumentativa.

Sob essa ótica, a apresentação do atestado específico emitido pelo Comando da Aeronáutica não se trata de um "documento novo", como tenta fazer crer a recorrente, mas sim de um esclarecimento pontual, que apenas **reforça uma capacidade técnica já devidamente**



demonstrada nos autos. O documento apenas ilumina, com mais nitidez, algo que já estava presente: a aptidão da recorrida.

A tentativa da recorrente de sustentar sua tese com base no **Acórdão 1343/2015 – Plenário** é frágil e, sem dúvidas, contestável. Isso porque trata-se de julgado antigo, ancorado numa visão formalista e restritiva, que já foi claramente superada pela jurisprudência atual. A recorrente, ao que parece, se apegava à letra de precedentes caducos e ignora, propositadamente, os avanços jurisprudenciais consolidados, especialmente a partir do **Acórdão 1211/2021 – Plenário**¹, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, que afirma com todas as letras:

Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

O mesmo acórdão ainda esclarece:

[...] O dispositivo reproduz a vedação à inclusão de novos documentos, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993; porém, deixa salvaguarda a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que **é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.**

Ou seja, a jurisprudência evoluiu. Quem insiste em usar Acórdão de 2015 para fundamentar sua tese em 2025 ou não estudou ou aposta no desconhecimento da Administração. Ambos os cenários são preocupantes. Ao invocar um precedente ultrapassado, a recorrente não apenas ignora a orientação mais atual e ponderada da Corte de Contas, como também propõe que a Administração caminhe para trás, adotando práticas antiquadas, mesmo diante de jurisprudência moderna, segura e alinhada com a finalidade do processo licitatório.

Assim, a juntada do atestado técnico em questão, longe de violar qualquer princípio, apenas reforça uma condição preexistente. A licitante já possuía a qualificação técnica exigida. O documento apenas formalizou algo que sempre esteve presente, e não criou uma condição. É exatamente esse o cenário que o acórdão supramencionado visa proteger: evitar que a Administração sacrifique a proposta mais vantajosa em nome de um formalismo estéril, dissociado do interesse público.

É preciso, então, reforçar uma distinção básica, que a recorrente, parece confundir:

¹ [ACÓRDÃO 1211/2021 - PLENÁRIO](#)



- **Documento novo:** visa comprovar fato ou condição que **não existia** na data da abertura do certame, é vedado.
- **Documento ausente:** comprova fato ou condição que **já existia**, pode (e deve) ser apresentado em sede de diligência.

Logo, não há que se falar em inabilitação por “documento novo”. A qualificação técnica da recorrida, fornecimento de desktops, era condição preexistente. O documento estava ausente da proposta original por lapso sanável. A diligência promovida pelo FNDE teve o papel correto de corrigir a forma sem violar o conteúdo, como determina o ordenamento jurídico e endossa a jurisprudência dominante.

A inabilitação da empresa recorrida, com base nessa alegação insustentável, seria não apenas um erro técnico, mas um verdadeiro retrocesso, exatamente o tipo de equívoco que os Tribunais de Contas se esforçam por evitar.

1.2. DA COMPROVAÇÃO INEQUÍVOCA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA MEDIANTE OS SUFICIENTES APRESENTADOS

Para que se compreenda exatamente o que exigia o edital, e não o que a recorrente gostaria que tivesse sido exigido transcreve-se, na íntegra, a cláusula que teria supostamente deixado de ser atendida pela empresa, antes da complementação documental:

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de **bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o OBJETO desta contratação e/ou com o item pertinente**, por meio da apresentação de CERTIDÕES ou ATESTADOS, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata esse subitem os ATESTADOS deverão a contratos executados com as seguintes características mínimas:

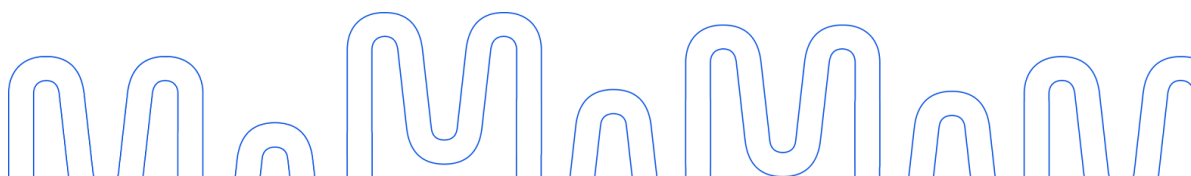
9.30.1.1. Fornecimento de bens em características e quantidades compatíveis com a presente licitação, comprovando fornecimento de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do volume estimado de equipamentos para o item/grupo em disputa;

9.30.1.2. Fornecimento agregado de LOGÍSTICA DE ENTREGA, GARANTIA TÉCNICA e SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM GARANTIA para os equipamentos fornecidos;

9.30.1.3. A comprovação de capacidade técnica será realizada individualmente para cada item/grupo, de modo que se um mesmo licitante se sagrar vencedor em mais de um item/grupo- **deverá proceder a comprovação de capacidade técnico-operacional de forma individual para cada um deles, podendo considerar contratos já executados e/ou em execução.**

9.30.1.4. A comprovação deve contemplar ATESTADO(S) que se refiram a fornecimentos realizados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária do(s) LICITANTE(S) especificadas no CONTRATO SOCIAL vigente.

9.30.1.5. Para os itens em que haja fornecimento de pilhas e/ou baterias o pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar



que apresente ou envie juntamente com a PROPOSTA, sob pena de não-aceitação, o laudo físico-químico de composição, emitido por laboratório acreditado junto ao INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, ou outro documento comprobatório (admitida declaração do fabricante) de que a composição das pilhas e baterias ofertadas respeitam os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na referida Resolução, para cada tipo de produto.

9.30.1.6. Para os bens de informática e/ou automação, o pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a PROPOSTA, sob pena de não-aceitação, certificação do produto ofertado – caso o fabricante tenha aderido à certificação voluntária prevista na Portaria INMETRO 304, de 2023 – ou comprovação, por qualquer meio válido, notadamente laudo pericial ou declaração do fabricante, de que o produto possui SEGURANÇA, COMPATIBILIDADE ELETROMAGNÉTICA e EFICIÊNCIA ENERGÉTICA equivalente àquela necessária para a certificação na forma da Portaria INMETRO 304, de 2023, conforme exigido nos requisitos de sustentabilidade deste TERMO DE REFERÊNCIA. PCTI | Termo de Referência | ENCARTES Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC Termo de Referência Aquisição de Bens de TIC - Licitação Elaborado pela Secretaria de Gestão. Complementado e Uniformizado pela CNMLC Atualização: setembro/2023 Página | 35

9.30.1.7. Ainda, para os bens de informática e/ou automação, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a PROPOSTA, sob pena de não-aceitação, comprovação de que os bens de informática e/ou automação ofertados não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

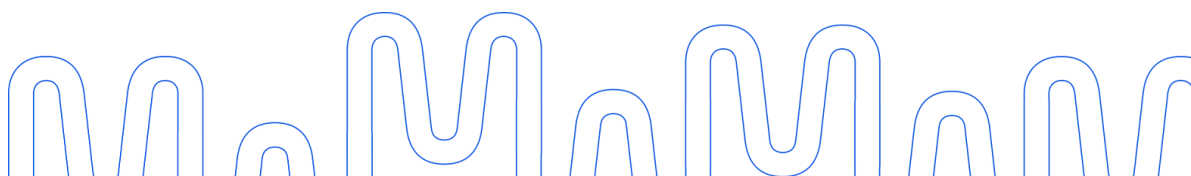
9.30.1.8. As declarações de compatibilidade ambiental dos itens poderão ser feitas mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova, em especial laudo pericial ou declaração do fabricante, que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências mínimas contidas no Edital.

9.30.1.9. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.30.1.10. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.1.11. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do CONTRATO que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

Pois bem. Uma leitura minimamente atenta dessa cláusula, e convenhamos, não se exige esforço hercúleo para tanto, demonstra que a recorrida cumpriu integralmente as exigências editalícias a ela aplicáveis. Tal cumprimento foi, inclusive, ratificado por parecer técnico emitido pela própria Diretoria de Tecnologia e Informação do FNDE, por meio da Nota Técnica nº 4931442/2025/DIRTI, documento público que examina, um a um, os requisitos acima



elencados e conclui, com clareza, que a Recorrida os atende integralmente, tanto em quantidade quanto em qualidade.

Ainda que se queira, por puro preciosismo, alegar que a empresa complementou, em sede de diligência, documento específico relacionado ao item 1, a verdade é que os atestados já apresentados previamente comprovavam de forma robusta a similaridade (e, em muitos casos, a superioridade) tecnológica do objeto licitado, o que já bastaria para satisfazer o edital. A juntada posterior apenas ratificou especificamente uma realidade já evidente.

É cristalino, portanto, que a FNDE atuou corretamente ao utilizar-se da diligência como instrumento de apuração da verdade real. O que não se pode é simplesmente ignorar toda a documentação já apresentada e que, por si só, já preenchia os requisitos editalícios. Ora, se a empresa seguiu fielmente o que o edital exigia, por qual motivo deveria ser punida? Ao contrário, o correto, como feito, era diligenciar para esclarecer dúvidas sobre o que já estava nos autos, e não desclassificar por um capricho interpretativo.

Convém, ainda, recordar a **finalidade essencial dos atestados de capacidade técnica**: demonstrar que o licitante possui capacidade técnica e operacional para executar o objeto licitado. Quando o edital exige tais documentos, pretende apenas uma coisa: assegurar que o fornecedor é, de fato, apto a entregar aquilo que promete. E, se já o fez antes, em condições similares ou superiores, considera-se missão cumprida.

Nesse sentido, o **Tribunal de Contas da União já consolidou entendimento claro**, através do **Acórdão nº 2627/2013²**, indicando explicitamente que o atestado de capacidade técnica tem natureza declaratória, e não constitutiva, de modo que, a data relevante para a comprovação da qualificação técnica é aquela em que o serviço foi efetivamente prestado, e não a data de emissão do atestado:

Assim, e entendendo que o atestado de capacidade técnica tem natureza declaratória – e não constitutiva – de uma condição pré-existente, a data a ser considerada para comprovação da qualificação técnica seria 28/7/2011, não sendo relevante a data da emissão da declaração. Ou seja, a partir da entrega daquele produto, o Cetem poderia ter emitido, com qualquer data, o referido atestado, reconhecendo a aptidão da representante para o fornecimento daquele equipamento.

6. Quanto a este último ponto, importa repisar que o atestado de capacidade técnica tem natureza declaratória - e não constitutiva – de uma condição preexistente. É dizer que a data do atestado não possuiu qualquer interferência na certificação propriamente dita, não sendo razoável sua recusa pelo simples fato de ter sido datado em momento posterior à data da abertura do certame.

Em outras palavras: **a capacidade técnica já existia**, o atestado apenas a formaliza. Recusar o documento apenas porque sua emissão ocorreu posteriormente à abertura do certame é o mesmo que ignorar a realidade fática em nome de uma formalidade vazia. Um desvio claro

² [ACÓRDÃO 2627/2013 - PLENÁRIO](#)



da lógica jurídica e da finalidade do instituto. Por fim, impõe-se ementar (ou informar, caso a recorrente ainda não tenha lido o edital) o conteúdo do subitem 9.30.1.11, que expressa:

9.30.1.11. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do CONTRATO que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

Ou seja, o próprio edital admite expressamente a possibilidade de complementação documental em caso de dúvidas. A diligência está prevista, o procedimento foi seguido, a documentação foi conferida, e a conclusão foi clara, a recorrida atendeu a todos os requisitos. Restar insistindo em tese contrária, a esta altura, é nadar contra os autos, e contra a razão.

Não há, portanto, qualquer fundamento fático, jurídico ou lógico para sustentar a inabilitação da empresa, que apresentou atestado de capacidade técnica compatível com as exigências do edital, de forma regular, tempestiva e validada pela Administração.

Diante disso, e em respeito aos princípios da legalidade, isonomia, moralidade e busca pela proposta mais vantajosa à Administração Pública, **requer-se a manutenção da declaração de vencedora da empresa ora recorrida GRUPO MULTI S.A.**, como medida de justiça administrativa.

2. DO FORMALISMO MODERADO

O pregoeiro se decidir acatar as argumentações da recorrente acabará por dar mais ênfase à forma do que o conteúdo, excedendo-se no formalismo. São frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório:

Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (Acórdão 357/2015 – Plenário Data da sessão 04/03/2015 Relator BRUNO DANTAS)

A inabilitação de licitantes por divergência entre assinaturas na proposta e no contrato social deve ser considerada formalismo exacerbado, uma vez que é facultada à comissão, em qualquer fase do certame, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. (Acórdão 5181/2012 - Primeira Câmara Data da sessão 28/08/2012 Relator WALTON ALENCAR RODRIGUES)

Resumidamente, o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos



objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (ACÓRDÃO Nº 357/2015 – TCU – Plenário)

Nota-se que sua utilização não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório do art. 5º da lei 14.133/2021 que dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios:

Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios. (Acórdão 119/2016- TCU - Plenário)

Ao contrário do que ocorre com as regras/normas, os princípios não são incompatíveis entre si. Diante de um conflito de princípios (p. ex., vinculação ao instrumento convocatório x obtenção da proposta mais vantajosa), a adoção de um não provoca a aniquilação do outro. Como exemplo, esse raciocínio pode ser percebido nas seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)

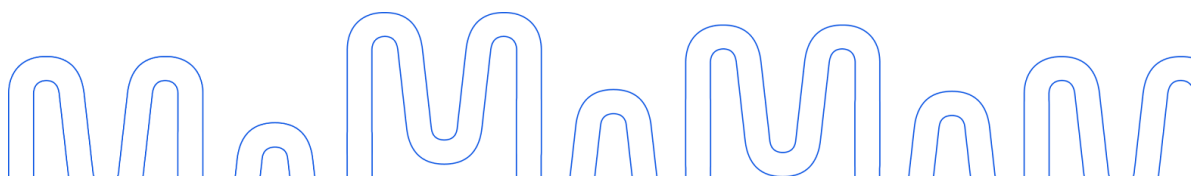
Nessas hipóteses, a análise deve considerar a importância de cada princípio no caso concreto, e realizar a ponderação entre eles a fim de determinar qual prevalecerá, sem perder de vista os aspectos normativos. Por esse motivo, as soluções não respeitam fórmulas prontas, podendo variar de um caso para outro.

Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari: a “licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital”.

Desta forma, demonstra-se que a decisão do pregoeiro em declarar vencedora a recorrida é correta, e deve ser mantida.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS FATOS OCORRIDOS NAS LICITAÇÕES APRESENTADAS PELA RECORRENTE

A recorrente traz em seu recurso fatos ocorridos em outros certames para levar a Administração a crer que o Grupo Multi não honra suas propostas comerciais, trazendo dúvidas



sobre a análise técnica efetuada pela Administração no presente certame, ignorando a quantidade extremamente relevante de atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa.

Ocorre que a recorrente apresenta uma situação de forma totalmente enviesada, omitindo fatos da Administração que demonstrariam que, em ambos os certames, há discussões extremamente relevantes sobre a legalidade dos atos.

Desta forma, será demonstrado o histórico dos acontecimentos dos certames em questão, que demonstrarão ocorrências “incomuns” que acabaram sempre beneficiando a recorrente e, conseqüentemente, demonstrarão que os presentes casos não podem ser utilizados como “paradigmas”, inclusive, porque há discussões sobre a legalidade dos atos, até mesmo perante o Tribunal de Contas do Paraná.

Antes de apresentar os fatos, se faz necessário solicitar escusas à Administração pela longa argumentação que será apresentada, mas que não seria necessária se a recorrente não estivesse tentando induzir à Administração ao erro.

O primeiro caso a ser apresentado será o Pregão Eletrônico nº 103/2024 da CELEPAR, em que o item participado pelo Grupo Multi tinha como objetivo a aquisição de “Câmera IP 6MP e Serviço de Garantia Estendida para Câmera IP 6MP”. Neste caso, o Grupo Multi inicialmente teve sua proposta recusada pela primeira vez devido à uma “diligência” no site do fabricante chinês da solução, conforme parecer técnico abaixo:

PARECER TÉCNICO

1. RELATÓRIO

A empresa encaminhou à comissão de licitação atestado de capacidade técnica referente ao item 18.7.3 LOTE 1, apresentando total superior ao especificado no edital, portanto **atende** plenamente conforme resumo (fl.1096 mov. 184 do protocolo).

Quanto à especificação técnica mínima o item avaliado em questão é o item 6.1 LOTE 1 - ITEM 01 – CÂMERA IP 6MP, conforme consta no edital em que a proponente apresentou a marca e modelo Longse Technology Limited/Multi/Multi Giga/M5 ID840 IKZ AI (P/N: [LVDBH5XKL800](#)) (fl. 724 mov. 178) e link com as especificações do produto (fls. 726 mov. 178):
<https://governo-arquivos.grupomulti.com.br/products/celepar-pr-pe-n-103-2024-57/files/249-datasheet-multi.pdf>.

A equipe técnica fez diligência na data de 30/01/2025, às 14h15, no site da fabricante conforme a sequência listada abaixo:

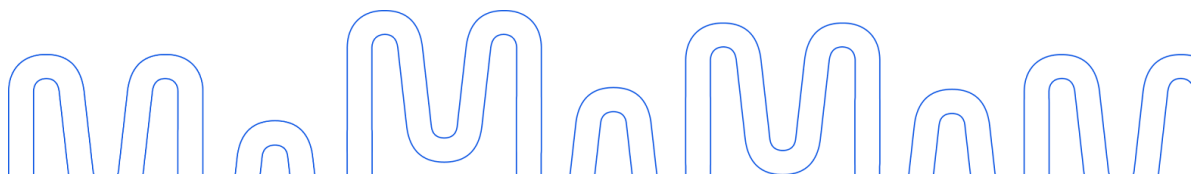
- (1) <https://www.longse.com/Products/NetworkProducts/NetworkCameras/Pro/>
- (2) <https://www.longse.com/Products/NetworkProducts/NetworkCameras/Pro/8MP/2022/0610/1477.html>
- (3) Aba Download:
<https://www.longse.com/uploadfile/longse/pdf/IPC/Longse%20Pro/Longse%20Varifocal%20Dome/LVDBH5XRL800.pdf>

2. CONCLUSÃO

Considerando a análise da especificação técnica apresentada pela proponente em verificação documental diligenciada pelo documento da fabricante pelo mesmo part number LVDBH5XKL800, informamos à comissão de licitação que esta marca modelo ofertada não atende integralmente à qualificação técnica exigida no edital, não restando comprovadas as características mínimas exigidas pelo edital.

É o parecer.

Após esta desclassificação, a Recorrente “Positivo” foi convocada para apresentar sua proposta, sendo que, para melhor organização do argumento, os graves fatos ocorridos nesta fase serão apresentados posteriormente.



Voltando para questão da proposta do Grupo Multi, a decisão acima foi revertida em Recurso Administrativo, pois a Administração reconheceu que avaliou o catálogo de modelo divergente na licitação, pois verificou as especificações do SKU LVDBH5XRL800, ao invés do LVDBH5XKL800, que foi o efetivamente cotado:

"A empresa encaminhou a comissão de licitação recurso administrativo (fl. 2722, mov 411 e fl. 2735, mov 411) referente ao parecer da Celepar emitido em 03/02/2025 (fls. 1468, mov 236 a fls. 1469, mov 236). Informamos que reconhecemos o equívoco da diligência em analisar part numbers diferentes do ofertado pela proponente Multi, pois eles eram muito semelhantes (LVDBH5XKL800 e LVDBH5XRL800)."

Em nova avaliação com o part number da fabricante correto LVDBH5XKL800 referente ao item 6.1 LOTE 1 - ITEM 01 - CÂMERA IP 6MP conforme consta no edital em que a proponente apresentou a marca e modelo Longse Technology Limited/Multi/Multi Giga/MS ID840 IKZ AI (P/N: LVDBH5XKL800) (fl. 724 mov. 178) e link com as especificações do produto (fls. 726 mov. 178): <https://governo-arquivos.grupomulti.com.br/products/celepar-pr-pe-n-103-2024-57/files/249-datasheet-multi.pdf>. Foi para diligenciar o site: <https://www.longse.com/Products/NetworkProducts/NetworkCameras/Value/6MP/20230329/8341.html>

A reanálise considerou a errata publicada (fls. 339 mov. 43 e protocolo 23.070.017-6) e que não foi considerada na análise anterior e a equipe técnica fez a análise e não encontrou divergências conforme planilha a seguir:

EDITAL: LOTE 1 - ITEM 01 - CÂMERA IP 6MP	Multi - MS ID840 IKZ AI / Longse - LVDBH5XKL800 (fls. 738 a fls. 757, mov 181)	ATENDIMENTO
Fonte documental	https://governo-arquivos.grupomulti.com.br/products/celepar-pr-pe-n-103-2024-57/files/249-datasheet-multi.pdf https://www.longse.com/Products/NetworkProducts/NetworkCameras/Value/6MP/20230329/8341.html	Sim
Fonte da diligência documental	Deve possuir sensor de imagem CCD/CMOS/CMOS com resolução muito próxima de 6MP, atendendo o mínimo de 3200 x 1800 de Sensor de imagem 1/2.8" resolução e varredura Progressiva CMOS Sony Starvi, progressiva Resolução 6MP 3864(H) x 2192(V). Deve possuir lente varifocal motorizada de 2.7-13mm, De 2.7-13.5mm zoom motorizado, admitindo variações de Horizontal FOV 103°-29°, Vertical aproximação até 2mm para mais FOV 54°-16°, Diagonal FOV 124° ou para menos. —33	SIM SIM

Assinatura Qualificada realizada por: **Elisabete Nehrke** em 22/04/2025 11:12. Inserido ao protocolo 23.070.017-6 por: **Elisabete Nehrke** em 22/04/2025 11:11. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/splweb/validarDocumento> com o código: **ded607140265edde35ba4839087c277d**.

O que chama a atenção neste fato é o “erro” básico cometido pelo avaliador **DE OLHAR O PRODUTO ERRADO**, somado ao fato da falta de interesse em fazer diligência junto ao Grupo Multi para questionar o porquê supostamente a descrição do produto, estava divergente do que ele estava avaliando. Note que a situação acima demonstra que a Celepar, ao invés de impor esforços para esclarecer o fato, decidiu por desclassificar a empresa de forma sumária, sem qualquer chance de manifestação.

Este fato de forma isolada pode não parecer muito relevante, mas quando contextualizado com o que ocorreu na análise da proposta da Positivo no certame (e na próxima licitação que será citada), traz dúvidas inquestionáveis sobre a isonomia na condução do processo. Isso porque, durante a fase de propostas, a “Positivo” alterou o modelo/versão do produto inicialmente cotado na licitação e esta alteração não foi juntada nos autos do processo administrativo no mesmo tempo da ocorrência, mas somente após questionamento do Grupo Multi por e-mail.

A Positivo encaminhou para o e-mail do órgão (licita@celepar.pr.gov.br) com assunto: “Proposta Atualizada Lote 1 - Positivo Tecnologia S.A - CELEPAR/PR - PE 103/2024 - E-mail 1/7” a sua proposta escrita e documentos como catálogo do produto ofertado inicialmente, conforme:

Remetente: "Hingrid Barbara Miguel" [REDACTED]
Data: 06/02/2025 23:18
Assunto: Proposta Atualizada Lote 1 - Positivo Tecnologia S.A - CELEPAR/PR - PE 103/2024 - E-mail 1/7
Para: "licita@celepar.pr.gov.br" <licita@celepar.pr.gov.br>
Com Cópia: "[REDACTED]"

Prezado(a) Pregoeiro(a),

REF.: EDITAL - LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 103/2024
LICITAÇÕES-E Nº 1060092
E-PROTOCOLO Nº 23.070.017-6

Conforme solicitado via chat, encaminhamos em anexo nossa Proposta de Preços Atualizada, Documentação Técnica e Habilitação para o Lote 1 do Pregão Eletrônico nº 103/2024.

Devido ao tamanho dos arquivos, estaremos enviando os documentos acima em 7 (sete) e-mails.

Esse é o e-mail 1/7 com a Proposta de Preços e Documentação Técnica.

Desde já a Positivo Tecnologia S.A. agradece a atenção dispensada, bem como aproveita a oportunidade para renovar seus protestos de elevada estima e consideração.

Favor confirmar o recebimento.

Grata,
HINGRID BARBARA MIGUEL

Dentre os documentos que merecem atenção, estão a proposta escrita, especificação técnica e catálogo do produto ofertado, que indicam expressamente o modelo CIP-DL3836-ZA2SM:

Arquivo: Proposta CELEPAR - CWB

2 PLANILHA DE PREÇOS

LOTE 1					
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Câmera IP 6MP. Especificações técnicas em anexo. Marca: POSITIVO SEG Modelo: CIP-DL3836-ZA2SM Fabricante: POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	Unitário	40.596	R\$ 797,45	R\$ 32.373.280,20
02	Serviço de Garantia Estendida	Unitário	40.596	R\$ 126,27	R\$ 5.126.056,92

Arquivo: Especificação Técnica - Lote 1

POSITIVO
TECNOLOGIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Lote / Item : 1 / 01
Marca : POSITIVO SEG
Modelo : CIP-DL3836-ZA2SM
Fabricante : POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
Quantidade : 40.596 (QUARENTA MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E SEIS) UNIDADES

Os equipamentos serão fornecidos nas especificações/configurações abaixo:

Arquivo: POSITIVOSEG CAM



Inclusive, o catálogo apresentado traz a imagem ilustrativa do equipamento, não restando dúvidas que quanto a sua forma externa se trata de câmera tipo dome - formato de cúpula (dome). Além disso, cabe ressaltar que este arquivo possui tamanho de 259KB. Essa informação deve ser gravada, pois foi primordial para ser constatada a alteração de modelo. Veja-se a reprodução visual da câmera:

POSITIVO
SEG

CIP-DL3836-ZA2SM | Dome IP 6MP Varifocal



A Câmera Dome IP Positivo CIP-DL3836-ZA2SM 6MP é ideal para uso em aplicações que demandam alta resolução e versatilidade de funcionalidades, desde salas de aula até auditórios e fábricas.

Logo, a proposta da Positivo vinculou-se ao modelo CIP-DL3836-ZA2SM Dome. Entretanto, para surpresa do Grupo Multi, posteriormente ao envio dos documentos, no dia 10/02/2025, a Positivo reenviou o e-mail, indicando que o catálogo do produto havia sido “atualizado para a geração 2”, conforme:



ExpressoLivre - ExpressoMail



Remetente: "Hingrid Barbara Miguel" [REDACTED]
Para: [REDACTED]
Com Cópia: [REDACTED]
Data: 10/02/2025 16:41 (26 minutos atrás)
Assunto: RES: Proposta Atualizada Lote 1 - Positivo Tecnologia S.A - CELEPAR/PR - PE 103/2024 - E-mail 7/7 - FINAL
Anexos: image001.png (1.29 KB)
image002.png (1.27 KB)
image003.png (4.81 KB)
image004.png (19.79 KB)
POSITIVOSEG CAM.pdf (511.64 KB)

Prezado(a) Coordenador(a) de Disputa, boa tarde!

REF.: EDITAL – LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 103/2024
LICITAÇÕES-E Nº 1060092
E-PROTOCOLO Nº 23.070.017-6

Segue atualização do catálogo do produto para geração 2.

Desde já a Positivo Tecnologia S.A. agradece a atenção dispensada, bem como aproveita a oportunidade para renovar seus protestos de elevada estima e consideração.

Note-se que, o e-mail enviado no dia 10/02/2025 possui como anexo a mesma nomenclatura de POSITIVOSEG CAM, como no primeiro catálogo apresentado, porém o tamanho do arquivo é muito superior ao do primeiro, sendo que este conta com 511.64KB enquanto o anterior possuía apenas 259KB. Isso por si só, já é indício de que não se trata de atualização, mas sim de documento novo.

Porém, isso não é tudo, a alteração de catálogo foi confirmada pelo órgão quando questionado pelo representante do Grupo Multi, que após solicitar a íntegra do processo, verificou que o primeiro catálogo apresentado no dia 06/02/2025 não estava incluso na documentação, somente o último, conforme:

De: Licita Celepar <licita@celepar.pr.gov.br>
Enviada em: segunda-feira, 17 de março de 2025 17:57
Para: [REDACTED]
Assunto: Re: RES: Proposta Atualizada Lote 1 - Positivo Tecnologia S.A - CEL EPAR/ PR - PE 103/2024 - E-mail 1/7

Boa tarde,

A licitante, Positivo, encaminhou email com atualização de catálogo, conforme página, pagina 1672. Todos os documentos (de habilitação e técnico) foram encaminhado para análise da área técnica em um único momento . Dessa forma, o primeiro catálogo enviado não foi objeto de análise, portanto não foi incluído no processo.

Att.



Em 17/03/2025 às 16:55 horas, [REDACTED] escreveu:

Recebi os documentos conforme informados.

Gostaria de esclarecimento do motivo deste catálogo não estar presente no processo administrativo.



De: Licita Celepar <licita@celepar.pr.gov.br>

Enviada em: segunda-feira, 17 de março de 2025 16:06

Para: [REDACTED]

Cc: Licita Celepar <licita@celepar.pr.gov.br>

Assunto: Fw: Proposta Atualizada Lote 1 - Positivo Tecnologia S.A - CELEPAR/ PR - PE 103/2024 - E-mail 1/7

Boa tarde,

Em atendimento a sua solicitação segue email de documentação enviado pela licitante POSITIVO,

Att.

Ocorre que, ao remeter-se à página 1672 do processo – indicado como catálogo “atualizado” é perceptível que não se trata de nenhuma atualização de geração, como tentava mascarar a Positivo, mas sim se tratava de um produto novo. Ou seja, a Positivo furtivamente e após a apresentação da proposta escrita e catálogo alterou seu modelo ofertado, desvinculando-se da proposta comercial original, mantendo a numeração do modelo anterior e adicionando “geração 2” para alegar ser o modelo referenciado na proposta inicial, mas a diferença das fotos do produto explica tudo.

Veja-se o último catálogo apresentado pela Positivo, que seria uma “atualização”:



Para que não restem dúvidas da alteração de modelo ofertado, abaixo novamente a imagem retirada do primeiro catálogo apresentado pela recorrida, sendo que inicialmente foi ofertado “tipo Dome” e posteriormente modificado para “tipo Bullet”:

POSITIVO
SEG

CIP-DL3836-ZA2SM | Dome IP 6MP Varifocal



A Câmera Dome IP Positivo CIP-DL3836-ZA2SM 6MP é ideal para uso em aplicações que demandam alta resolução e versatilidade de funcionalidades, desde salas de aula até auditórios e fábricas.

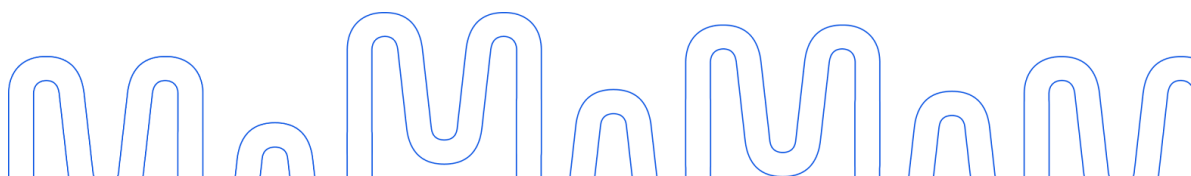
O objetivo de trazer as informações acima é para demonstrar que houve evidente diferença de tratamento entre as empresas, pois inicialmente o Grupo Multi foi desclassificado pois a Celepar se baseou em um catálogo de um produto diferente, sem qualquer diligência ou esclarecimento de dúvidas e, posteriormente, a Positivo teve seu produto alterado... **e o pior, isto só foi juntado no processo administrativo após o representante do Grupo Multi ter percebido a diferença de tamanho dos catálogos e solicitado expressamente à junta para Administração.**

Reforçando: Para um lado sequer foi ofertado o DIREITO de apresentar esclarecimento via diligência de um erro na análise do órgão promovente, de outro lado foi possibilitada a alteração do produto e o pior, com sérias dúvidas sobre a intenção da Administração em deixar isto claro no seu processo administrativo.

Como dito acima, a decisão da Administração em desclassificar o Grupo Multi pelo catálogo equivocado era tão injustificável que foi revertida, mas, posteriormente, em outra análise foi novamente desclassificada por supostamente não atender um requisito de criptografia da gravação. Para demonstrar o tamanho absurdo da decisão, cabe inicialmente demonstrar a exigência do edital sobre este ponto:

- 6.1.21 Deve permitir configuração, visualização da câmera através de WEB Browser padrão de mercado com controle de acesso através de autenticação de usuário e senha **criptografados**.
- 6.1.22 Deve possuir no mínimo três tipos de usuários com diferentes níveis de permissão, sendo administrador, operador e visualizador.
- 6.1.23 Deve possuir recurso para gravação das imagens em cartão de memória quando a comunicação com um sistema de gravação for interrompida.
- 6.1.24 Deve possuir slot para cartão de memória, acompanhado de um cartão de memória de 128GB com velocidade de gravação compatível com a câmera e com armazenamento **criptografado**.

Note que o edital é extremamente sucinto na exigência de criptografia, sem qualquer tipo de detalhamento técnicos sobre formas, possíveis configurações, entre outros, justamente



por este motivo o Grupo Multi optou por entregar uma versão de câmera que possuía criptografia automática e sem possibilidade de desativar esta função, justamente para evitar qualquer tipo de erro humano.

Mesmo assim a Celepar, após recurso da Positivo desclassificou a proposta do Grupo Multi com os seguintes argumentos:

Trecho extraído do arquivo enviado pela Positivo:

Conclusão:

A análise da amostra revela que, embora não tenha sido possível confirmar explicitamente a criptografia dos arquivos por métodos convencionais — dada a ausência de configurações ou parametrizações relacionadas a criptografia no software da câmera — o acesso aos vídeos é restrito ao software da câmera utilizada para a gravação, exigindo autenticação.

Essa restrição inicial sugere a existência de um mecanismo de proteção. Contudo, os testes realizados não permitem afirmar que se trata de criptografia conforme o requisito. A criptografia, por definição, exige um método para encriptar um conteúdo usando uma chave conhecida, tornando-o ilegível independentemente do software ou hardware de visualização. Essa funcionalidade específica de criptografia, com o uso de chaves para proteção e decodificação, não foi encontrada no software da câmera.

Confirmamos que os arquivos só puderam ser abertos com o software do fabricante da câmera específica. Entretanto, a diligência apontou uma fragilidade crítica: um terceiro, não sendo o controlador ou operador do dado, poderá acessar o conteúdo em caso de furto da câmera. Isso ocorre porque não é possível usar uma chave criptográfica para proteger o conteúdo do cartão SD da câmera furtada, o que permitiria a esse terceiro o acesso irrestrito às imagens gravadas.

Embora o acesso via software da câmera gere uma dependência exclusiva para cada dispositivo, a mera autenticação de usuário e senha por uma licença de software não equivale à criptografia. Essa lacuna de proteção expõe a possibilidade de um terceiro acessar as imagens gravadas, o que fere os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na relação entre a operadora e a controladora dos dados.

Fundamentação da Não Conformidade:

Considerando que o item 6.1.21 tem como objetivo principal a proteção total do acesso aos conteúdos por meio de criptografia, permitindo o acesso exclusivo ao controlador e operador dos dados em atendimento à LGPD:

A mera autenticação por usuário e senha via licença de software da câmera não garante a proteção total ao acesso dos vídeos gravados sem a dependência intrínseca do hardware.

Os conteúdos gravados no cartão não estão, de fato, criptografados de acordo com as boas práticas e conceitos de criptografia necessários para a conformidade com a LGPD.

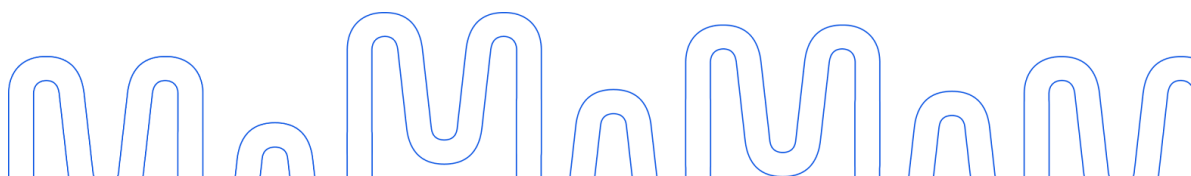
A vulnerabilidade de acesso por terceiros em caso de furto da câmera, devido à impossibilidade de proteção por chave criptográfica, contraria diretamente o espírito e a letra da LGPD no que tange à segurança e privacidade dos dados.

Diante do exposto, e considerando a relevância do tema para o Ministério Público do Paraná, que realiza inspeções sobre o cumprimento da LGPD neste projeto, entendemos que o item 6.1.21 não é atendido na amostra apresentada.

Em resumo:

O requisito 6.1.16 atende na amostra apresentada.

O requisito 6.1.21 não atende na amostra apresentada



O fato é que o arquivo de imagem resultante no cartão “micro sd” não pode ser aberto por qualquer outro sistema que não o da própria câmera, justamente porque a chave de descryptografia está vinculada ao software daquela câmera específica. Ou seja, o arquivo é criptografado, conforme admitido pelo próprio avaliador.

Mesmo assim, a Administração decidiu desclassificar o Grupo Multi, pois:

“um terceiro, não sendo o controlador ou operador do dado, poderá acessar o conteúdo em caso de furto da câmera”. Isso ocorre porque não é possível usar uma chave criptográfica para proteger o conteúdo do cartão SD da câmera furtada, o que permitiria a esse terceiro o acesso irrestrito às imagens gravadas. Embora o acesso via software da câmera gere uma dependência exclusiva para cada dispositivo, a mera autenticação de usuário e senha por uma licença de software não equivale à criptografia”.

Esta conclusão é tecnicamente equivocada, pois no caso de furto da câmera um terceiro não terá acesso aos dados do microSD, pois este arquivo de vídeo só podia ser visualizado pelo software da câmera, e o software da câmera só pode ser aberto por quem tiver usuário e senha (que também são criptografados). Ou seja, o agente delituoso teria que além de roubar a câmera, conseguir roubar a senhas de acesso da Administração. Alegar que não é possível usar uma chave criptográfica para proteger o conteúdo é absolutamente inverídico, pois a chave é vinculada ao hardware, tornando ainda mais seguro.

Quanto ao cenário de furto da câmera, é importante destacar que **mesmo com o roubo do equipamento físico**, o acesso aos dados gravados no microSD seria impossível sem a senha de acesso ao sistema da câmera. O arquivo criptografado permanece inacessível a qualquer terceiro sem que haja a combinação de três fatores essenciais:

- **A posse do equipamento físico (a câmera E o cartão microSD);**
- **O conhecimento da senha de acesso ao sistema da câmera**, o que é protegido pela autenticação de usuário e senha e somente o gestor do parque deve possuir;
- **O acesso ao software proprietário da câmera**, que é o único capaz de descryptografar os arquivos de vídeo.

Sem esses três elementos, **o arquivo permaneceria criptografado e inutilizável**, o que efetivamente impede qualquer acesso não autorizado, mesmo que o equipamento seja furtado.

O sistema de autenticação por usuário e senha, descrito na análise, não deve ser interpretado como um simples controle de acesso, mas sim como a chave de liberação de acesso ao sistema responsável pela descryptografia do conteúdo. Ou seja, a autenticação não garante o acesso ao arquivo diretamente, mas sim ao sistema que detém a chave criptográfica necessária para a descryptografia do arquivo.

Isso significa que, para acessar o conteúdo criptografado no cartão microSD, não basta ter acesso ao dispositivo físico (a câmera ou o cartão). É necessário também autenticar-se no sistema da câmera, que é o único que possui a chave de descryptografia. Este processo



garante que o acesso ao conteúdo seja restrito, e não está simplesmente dependendo de um software genérico ou de um controle de login sem maior segurança.

Não há a menor intenção de adotar tom jocoso, mas se a Celepar entende que uma pessoa que tenha acesso aos três fatores — **1)** o arquivo criptografado (gerado pela câmera), **2)** o equipamento (a câmera em si, que funciona como um dispositivo de criptografia/descriptografia), **3)** e a chave de acesso (usuário e senha de autenticação) — não pode acessar os dados, resta evidente que absolutamente nenhum usuário poderia utilizar estes dados e eles seriam gravados sem qualquer utilidade.

Isso demonstra uma compreensão superficial do funcionamento de sistemas de criptografia modernos, em sistemas legítimos e seguros, como este, é natural que o acesso ao conteúdo é possível quando todas essas condições são atendidas.

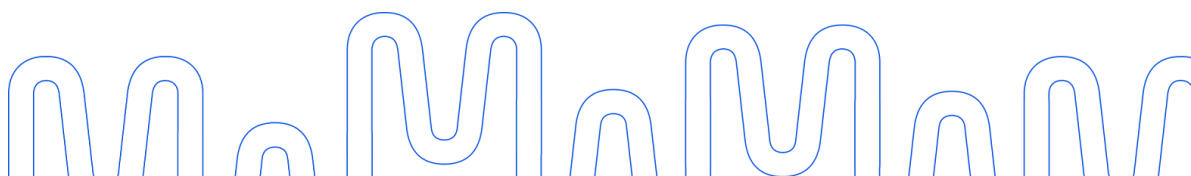
Ou seja, se o furto do equipamento inclui a obtenção tanto do arquivo criptografado, quanto do equipamento (a câmera) e das credenciais de acesso, então é evidente que o criminoso teria acesso aos dados. Porém, sem a combinação desses três elementos, o arquivo permanece inacessível até mesmo para o legítimo proprietário. A desclassificação, portanto, foi fundamentada em uma interpretação equivocada da natureza da criptografia e da segurança do sistema, que, se analisado corretamente, protege efetivamente os dados, como qualquer dispositivo criptografado exigiria.

Resumidamente, a empresa Grupo Multi foi desclassificada em primeiro momento por uma análise de um catálogo errado, sem qualquer esclarecimento por diligência, e posteriormente por uma interpretação equivocada e extremamente extensiva da previsão do edital, enquanto seu concorrente “Positivo” teve a possibilidade de alterar o seu produto durante a fase de propostas, fato que só ficou claro no processo administrativo após provocação do Grupo Multi.

O objetivo aqui é demonstrar que **existe indícios de decisões tendenciosas e tratamento não isonômico nos processos apresentados**, não sendo fato exclusivo do pregão de câmeras digitais acima, mas também no de equipamentos de informática que também foi referenciado pela Positivo, no qual a CELEPAR atua como órgão de avaliação técnica e não contratante.

Referente ao Lote 3, do PE 1031/2023, a Positivo simplesmente omite que foi ofertada pelo Grupo Multi denúncia no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que teve decisão favorável pela suspensão deste lote justamente por indícios de tratamento não isonômico, conforme pode ser consultada no site www.tce.pr.gov.br, mediante identificador de número ZLYU.YI1A.EBFE.LIPH.

É importantíssima a leitura integral da decisão que defere a medida cautelar no certame:





Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Gabinete do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva

Ressaltou que o referido documento foi assinado pelos participantes da sessão, inclusive por representantes da empresa MULTILASER, o que atestaria sua validade formal e material no contexto do certame.

Ao final, enfatizou que o procedimento licitatório deve ser conduzido de forma a assegurar ampla participação dos interessados, não devendo haver exclusão de candidatos por meras formalidades, em observância ao princípio da razoabilidade.

Vieram os autos conclusos para análise.

É o breve relato.

II. Da análise do pedido de reconsideração, ao menos neste juízo preliminar, verifico a presença de indícios suficientes para reconsiderar a decisão proferida no Despacho n. 579/25 (peça 21) e, por conseguinte, **deferir** a medida cautelar pleiteada.

Compulsando os autos, verifico indícios de afronta ao princípio da isonomia, previsto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, particularmente no que se refere à condução equitativa entre os concorrentes.

As alegações formuladas apresentam plausibilidade jurídica, especialmente quanto à possível quebra da cadeia de custódia da amostra e à violação do princípio da isonomia entre os licitantes.

Ademais, o risco de dano de difícil reparação, decorrente da eventual continuidade do certame sob possível vício na fase de avaliação técnica, recomenda a suspensão do procedimento até o completo esclarecimento dos fatos.

A ausência de ata formal de avaliação da amostra da representante, em contraste com o registro documental das outras licitantes, associada à suposta violação do lacre da amostra antes da sessão pública, sugere, em tese, tratamento desigual entre as participantes. Tais circunstâncias justificam a apuração rigorosa, com vistas à preservação da lisura e da integridade do certame.

Conforme consignado no Despacho n. 763/25 (peça 32), intimei a representada para que apresentasse a ata formal de avaliação da amostra da empresa representante, bem como da vencedora do certame ou, na ausência desse documento, justificasse a razão pela qual apenas uma das licitantes teria tido sua avaliação documentada em ata formal.



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Gabinete do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva

A representada, em sua manifestação inicial, não abordou adequadamente essa questão. Após nova intimação, alegou que o documento intitulado Parecer n. 1669204/v01 – DTO/GTI/COPIS, embora não nominado formalmente como “ata”, cumpriria essa função por registrar os acontecimentos da sessão.

Todavia, esse documento foi apresentado apenas após a segunda intimação e ao argumento de falha técnica no sistema e-Contas, sem comprovação suficiente de que o tratamento dispensado às licitantes foi isonômico, nem que a participação da representante tenha ocorrido em condições equânimes às da vencedora.

Destaco ainda que a representante aponta que sua amostra, lacrada em 28/01/2025, teria sido aberta antes da sessão pública de avaliação, agendada para 21/02/2025, conforme mensagem do pregoeiro enviada em 14/02/2025.

A violação do lacre, se confirmada, indica possível manipulação prévia da amostra fora da presença da licitante, o que compromete a cadeia de custódia, a confiabilidade da análise técnica e fere os princípios da segurança jurídica e da integridade do procedimento.

Ressalto, ainda, que o próprio Despacho n. 209/2025 – SEAP/DECON reconhece a existência de conferência prévia da amostra. Contudo, afasta seus potenciais consequências ao alegar que a representante *“não demonstrou, de forma objetiva ou técnica, de que maneira a conferência prévia da amostra teria influenciado”*.

Vejamos:

O despacho 209/2025 – SEAP/DECON ratifica a ocorrência da manipulação prévia, classificando-a como “conferência normal”, mas não apresentou evidências de que o equipamento permaneceu íntegro:

Ademais, cumpre destacar que a representante não demonstrou, de forma objetiva ou técnica, de que maneira a conferência prévia da amostra teria influenciado ou comprometido os resultados obtidos na avaliação técnica formal conduzida pela

CELEPAR. Tal alegação, desprovida de elementos concretos ou evidências que indiquem prejuízo real ao desempenho do equipamento, revela-se meramente especulativa e incapaz de invalidar a conclusão do laudo técnico, o qual observou rigorosamente os parâmetros estabelecidos no edital.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS

AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR ZLYU.Y11A.EBFE.LIPH



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Gabinete do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva

Todavia, esse ônus não pode ser integralmente transferido à licitante, uma vez que o dever de garantir a inviolabilidade das amostras, até o momento da sessão oficial, compete à Administração Pública, caso ela esteja em posse dos itens.

No mesmo sentido, o *Parecer n. 1669204/v01 – DTO/GTI/COPIS*¹, elaborado pela CELEPAR, aponta possível manipulação prévia da amostra, sugerindo uma possível quebra da cadeia de custódia. In verbis:

2.2.4.1 Dia 18/2 tentamos sem sucesso instalar o software Passmark Performance Test usando a loja Play Store. Observamos que o equipamento chegou para homologação configurado para o domínio Google da Multilaser e devolvemos para a SEED. O analista da SEED contatou o fornecedor para poder atuar e assim testar o equipamento, com as aplicações da mesma.

Neste contexto, entendo que a mera dúvida razoável sobre a integridade da amostra já compromete a lisura do certame e impõe a paralisação imediata do procedimento para apuração dos fatos.

Ainda, foi apontado pela representante que a tinta da etiqueta da fonte apresentada desprendeu-se ao ser tocada, circunstância que, neste momento, não pode ser atribuída exclusivamente à qualidade do material fornecido, considerando a possibilidade de exposição prévia a condições adversas, conforme sugerido, que não estavam sob controle da licitante.

Dentre essas hipóteses, incluem-se o uso de substâncias químicas, aplicação de força excessiva ou armazenamento inadequado, o que reforça a tese de possível ruptura da cadeia de custódia da amostra, violando a isonomia e o contraditório no certame.

Assim, a própria natureza do procedimento licitatório exige que todos os atos se desenvolvam sob rigoroso controle, garantindo igualdade de condições entre os participantes.

Quando há possibilidade de que uma licitante tenha sido avaliada com base em material manipulado fora do contexto oficial de verificação, a Administração tem o dever de estancar a marcha processual e promover a devida apuração dos fatos, sob pena de incorrer em vício insanável.

¹ Anexo III – Parecer nº1673409/v04 – DTO/GTI/COPIS.

Note-se que já há decisão preliminar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná demonstrando que houve tratamento desigual na licitação em questão, o que somado ao ocorrido na licitação da própria Celepar é possível concluir pelo menos pela dúvida sobre a isonomia do processo.

Diferentemente da Positivo, o Grupo Multi entende que as alegações devem ser apresentadas em seu contexto integral, por este motivo informa que a liminar de suspensão do lote 3 foi revogada algumas semanas depois a decisão inicial, mas não por alteração do entendimento do mérito, mas sim pela solicitação de um terceiro interessado sob alegação de perigo de dano reverso para Administração Pública:

Conforme exposto pela SEED na peça 78, os recursos destinados à aquisição dos equipamentos — notadamente Chromebooks — decorrem do Programa Escola em Tempo Integral (PETI), instituído pela Lei n. 14.640/2023 e pactuado junto ao Ministério da Educação, cujo prazo de execução expira em 30/10/2025. A inércia ou a demora na retomada do certame pode inviabilizar a aplicação dos referidos recursos, implicando perda de verba federal já vinculada, com impacto direto na continuidade de política educacional. A doutrina reconhece, nesses casos, o chamado perigo do dano reverso, consistente no risco de que a manutenção de uma medida cautelar venha a produzir efeito contrário ao interesse público, gerando, em vez de prevenir danos, prejuízos irreversíveis à Administração ou à coletividade: *periculum in mora inverso* ou, mais especificamente, na sua ‘não produção’, consistente, exatamente, no afastamento, por seu turno, da eventual concretização de grave risco de ocorrência de dano irreparável (ou de difícil reparação) contra o réu (impetrado ou requerido), como consequência direta da própria concessão da medida liminar eventualmente deferida ao autor (impetrante ou requerente).³ Ressalte-se, ainda, que a manutenção da cautelar, diante da atual conjuntura, revela-se incompatível com o princípio da proporcionalidade, que exige ponderação entre os meios utilizados e os fins pretendidos pela medida. A suspensão do certame, inicialmente justificada pela necessidade de apuração de possíveis irregularidades, não pode perdurar quando os efeitos colaterais decorrentes dessa paralisação se mostram mais lesivos ao interesse público do que o risco apontado na representação. A eventual perda de recursos federais vinculados, comprometendo uma política pública essencial como a inclusão digital no ambiente escolar, configura prejuízo concreto, imediato e de difícil reversão, razão pela qual a continuidade da medida cautelar se apresenta desproporcional frente ao cenário atual.

Nesse contexto, mostra-se desproporcional aguardar o julgamento final do feito com a manutenção da suspensão do lote impugnado, especialmente considerando o risco concreto de perda da verba federal destinada à execução de política educacional.

Assim, impõe-se a revogação da medida cautelar, para que o procedimento licitatório possa prosseguir com a urgência que o caso requer.

III. Por todo o exposto, REVOGO A CAUTELAR expedida pelo Despacho n. 888/25 (peça 48). (autenticador ZLYU.YI1A.EBFE.VH34)

Do motivo da revogação da cautelar é possível extrair que até o momento **não houve alteração no entendimento de mérito**, apenas uma preocupação com relação à utilização de verbas federais que inclusive pode acarretar transferência de competência do julgamento da possível irregularidade ao Tribunal de Contas da União. De qualquer forma a situação está “sub judice”.



Com relação ao Lote 4, a recorrente também omite que também foi desclassificada deste item da licitação porque seu produto não atendia as exigências do edital e que o Grupo Multi sequer teve oportunidade de apresentar recurso administrativo da decisão, ao passo que o lote ainda está correndo com a convocação da empresa Horus.

81.243.735/0009-03

Desclassificada

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

BA

Valor ofertado (unitário)

Valor negociado (unitário)

R\$ 58.130.000,0000

-

Chat

Proposta

Motivo da desclassificação

Conforme PARECER Nº 1662843 / v04 - DTO / GTI / COPIS disponível no portal da transparência.

Valor proposta (unitário | total)

R\$ 135.739.387,5000 | R\$ 135.739.387,5000

Quantidade ofertada

1

Participação desempate ME/EPP

Não se aplica

Valor ofertado (unitário | total)

R\$ 58.130.000,0000 | R\$ 58.130.000,0000

Marca/Fabricante

POSITIVO / POSITIVO TECNOLOGIA S.A

Participação disputa final

Não se aplica

Valor negociado (unitário | total)

-

Modelo/Versão

POSITIVO MASTER N6445

Anexos

Diligências

04.602.789/0001-01

Desclassificada

DATEN TECNOLOGIA LTDA

BA

Valor ofertado (unitário)

Valor negociado (unitário)

R\$ 56.140.000,0000

-

Chat

Proposta

Valor proposta (unitário | total)

R\$ 90.492.925,0000 | R\$ 90.492.925,0000

Quantidade ofertada

1

Participação desempate ME/EPP

Não se aplica

Valor ofertado (unitário | total)

R\$ 73.500.000,0000 | R\$ 73.500.000,0000

Marca/Fabricante

POSITIVO

Participação disputa final

Não se aplica

Valor negociado (unitário | total)

-

Modelo/Versão

POSITIVO MASTER

Anexos

Diligências

Para finalizar este capítulo, pede-se escusas para a Administração por expor fatos ocorridos em outros certames que fogem da competência do FNDE avaliar, mas este esforço argumentativo foi absolutamente necessário para demonstrar que as licitações trazidas pela “Positivo” como um “paradigma”, visando alegar que o Grupo Multi não respeita as suas propostas comerciais, possuem condução no mínimo “atípica” pela recorrência de atos no mínimo discutíveis prejudiciais ao Grupo Multi e o pior, ainda estão em processo, seja no próprio certame ou por denúncia nos órgãos competentes e devem ser desconsiderados pela Administração no julgamento do presente recurso administrativo.

A estratégia da Positivo com a argumentação acima é atrasar esta licitação ao ponto de impossibilitar que os produtos fiquem disponíveis para os alunos para utilização já no início de 2026, pois um retorno de fase, convocação para amostra, avaliação, julgamento, diligências, nova declaração de vencedor e nova fase de recursos demoraria no mínimo mais 60 dias o que evidentemente impactará no resultado do projeto.

O fato é que o edital prevê a exigência de amostras apenas em casos excepcionais e caso ainda persistam dúvidas acerca das especificações técnicas, o que não ocorreu, por este motivo a solicitação de amostras pelos motivos apresentados pela Positivo contrariaria a previsão

do edital, atrasaria demasiadamente o processo de tamanha importância e, além de tudo, seria totalmente desnecessária pois a Administração já previu no edital formas de fiscalizar e garantir que os produtos entregues atenderão as exigências do Edital, através da “2a Etapa – Análise Documental da Produção, da Produção e de Produtos Entregues”.

4. DOS PEDIDOS

Receber as contrarrazões ao recurso administrativo e, ao final, seja mantida a declaração de vencedora da recorrida.

Nestes termos pede deferimento.

Extrema (MG), 1 de agosto de 2025.

Tiago Griebeler Sandi
Diretor de Governo
074.412.439-55
Grupo Multi S/A

